

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 009/2010**  
**(Numeração provisória)**

**Centralidade, diversidade e especialização:  
Distinguindo territórios econômicos**

**Alvaro Augusto Comin**  
**Maria Carolina Vasconcelos Oliveira**  
**Carlos Torres-Freire**  
**Alexandre Abdal**  
**Bruno Komatsu**



centro de estudos da metrópole

# **CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE**

## **SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO**

**ISSN: em tramitação**

### **Expediente**

#### **Centro de Estudos da Metrópole**

##### **Diretora**

Marta Arretche

##### **Conselho Diretor do CEM**

Adrián Gurza Lavalle  
Alvaro Augusto Comin  
Antônio Sérgio Guimarães  
Eduardo Marques  
Fernando Limongi  
Nadya Araújo Guimarães  
Márcia Lima  
Marta Arretche  
Henri Gervaiseau  
Paula Montero  
Ronaldo de Almeida  
Vera Schattan Coelho

##### **Comissão Coordenadora do INCT**

Antônio Sérgio Guimarães  
Celi Scalon  
Eduardo Marques  
Elisa Reis  
Fernando Limongi  
Marta Arretche  
Nadya Araújo Guimarães  
Paula Montero

Publicação online cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos como parte da pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole, de forma a favorecer a difusão de informações para pesquisadores, estudantes e profissionais especializados e estabelecer espaço para troca de idéias e sugestões.

Os textos desta série estão disponíveis em:

**[www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br)**

As opiniões emitidas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não exprimindo necessariamente o ponto de vista do Centro de Estudos da Metrópole.

**É permitida a reprodução dos textos e dados neles contidos, desde que citada a fonte e que não haja restrição expressa pelos autores. Reproduções para fins comerciais são proibidas.**



centro de estudos da metrópole

[www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br)  
Rua Morgado de Mateus 615  
Vila Mariana 04015 902  
São Paulo SP Brasil  
Fone 55 11 – 5574 0399  
Fax 55 11 – 5574 5928

Alvaro Comin<sup>1</sup>

Maria Carolina Vasconcelos Oliveira<sup>2</sup>

Carlos Torres-Freire<sup>3</sup>

Alexandre Abdal<sup>4</sup>

Bruno Komatsu<sup>5</sup>

## Introdução

A literatura sobre as grandes cidades sustenta que elas são o centro do desenvolvimento econômico atual. Apesar da diversidade de perspectivas teóricas e disciplinares, duas linhas principais de argumentação se destacam. A primeira diz respeito à perda de importância dos Estados Nacionais, por força dos processos de globalização e integração produtiva entre as várias regiões do planeta, que conferiu às principais aglomerações urbanas o lugar central de articulação da economia global, que hoje se organizaria sob a forma de uma constelação de cidades de níveis hierárquicos variados. A segunda (logicamente articulada à primeira, porém com estatuto teórico e empírico próprio), explora a morfologia interna das economias urbanas procurando demonstrar que, por sua escala e concentração de recursos modernos (mormente aqueles descritos como intensivos em tecnologia e conhecimento), elas são o centro das atividades mais inovadoras e capazes de produzir os movimentos shumpeterianos de destruição criativa responsáveis pela evolução da economia em escala mundial. A literatura em questão comporta um sem número de controvérsias, mas de modo geral as premissas acima enunciadas são comuns a boa parte dos estudos de referência.

Neste artigo, procuramos relativizar e, em alguns aspectos, contestar estas premissas, utilizando como suporte empírico o desenvolvimento da cidade de São Paulo e comparando as características da estrutura econômica de sua região metropolitana com a de um conjunto selecionado das mais importantes regiões metropolitanas brasileiras. Nosso argumento central

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, coordenador da área de Estudos sobre Desenvolvimento e Trabalho no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisadora da área de Estudos sobre Desenvolvimento e Trabalho no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

<sup>3</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisador da área de Estudos sobre Desenvolvimento e Trabalho no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

<sup>4</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo, pesquisador da área de Estudos sobre Desenvolvimento e Trabalho no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), professor de Sociologia da Faculdade do Povo em São Paulo.

<sup>5</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela USP e pesquisador da área de Estudos sobre Desenvolvimento e Trabalho no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

é o de que não se pode entender a dinâmica das grandes cidades (pelo menos em países como o Brasil) senão tendo como referência a dinâmica de seus contextos nacionais. Este argumento se desdobra em duas direções. A primeira aponta para o fato de que a enorme concentração demográfica, de ativos produtivos e de riqueza em São Paulo é produto direto do “estilo” concentrador do desenvolvimento brasileiro, devendo-se em boa medida ao acúmulo histórico de políticas direta ou indiretamente patrocinadas pelo estado nacional brasileiro<sup>6</sup>. A segunda segue o percurso inverso e busca entender os efeitos da centralidade de São Paulo sobre o dinamismo da economia brasileira e sobre as desigualdades regionais. A enorme concentração de ativos na região (capital, força de trabalho, infra-estrutura física e de conhecimento) a qualifica, potencialmente, como centro de irradiação de influxos modernizantes sobre o restante da economia nacional, mas isto precisa ser demonstrado empiricamente sob pena de assumirmos como conclusão o que é apenas uma premissa proveniente da literatura internacional. Por outro lado, resta saber o quanto esta concentração não é responsável pela falta de dinamismo de outras regiões do país.

Na segunda seção deste artigo, que se segue a esta introdução, desenvolvemos, por meio de uma breve retrospectiva histórica, a trajetória da cidade de São Paulo, destacando que a enorme concentração do desenvolvimento nacional nesta região foi uma combinação de elementos “locais”, gestados principalmente a partir do final do século XIX (pela propagação da cafeicultura), com o estímulo e o planejamento por parte do estado nacional, a partir do mesmo período. Frisa-se aqui a importância que a dinâmica nacional teve para o desenvolvimento da cidade.

Na terceira seção, tomamos como eixos de análise das transformações recentes por que passa a economia da cidade três tópicos recorrentes no debate sobre as economias das grandes cidades, a saber, a) a natureza setorial da economia da região; b) a extensão de seu campo aglomerativo; c) e suas funções como espaço de inovação e circulação de conhecimento. Em sentido inverso ao da seção anterior, frisa-se aqui a ampla centralidade que a região tem para o funcionamento e o dinamismo da economia nacional.

Esta análise não estaria completa, entretanto, se nos restringíssemos apenas ao estudo das características produtivas da cidade ou de sua região metropolitana. Por esta razão incluímos, sob a forma de um Anexo ao final do texto uma análise comparativa da estrutura setorial das principais regiões metropolitanas brasileiras. O intuito é demonstrar que de fato São Paulo não é apenas maior, ela é qualitativamente distinta e única no cenário brasileiro.

Por fim, nas conclusões, exploramos algumas das ambivalências da hiperconcentração urbana do desenvolvimento em países como o Brasil, apontando que ela tanto resolve (ou mitiga) o problema da escassez, nestes países, de ativos mais nobres (como força

---

<sup>6</sup> Este estilo de desenvolvimento parece ser comum a muitos dos chamados países em desenvolvimento. Para aprofundar esta hipótese pretendemos realizar comparações internacionais com países de características análogas ao Brasil, isto é, grandes e de desenvolvimento mais recente.

de trabalho de elevada qualificação, redes de empresas de serviços especializados, densidade de instituições financeiras, universidades etc.); quanto prolonga as intensas desigualdades regionais e aprofunda a dinâmica de segregação sócio-espacial dentro destas grandes áreas metropolitanas.

## **O país e a cidade**

Ao contrário da maior parte das cidades europeias e asiáticas, cujo surgimento precede em muito ao dos estados nacionais a que pertencem, no Brasil, como em quase toda a América, as cidades são produto da colonização e de múltiplos processos migratórios. No Brasil, o uso maciço da força de trabalho escrava africana marcará profundamente (e até os dias de hoje) a distribuição regional do desenvolvimento econômico e, em particular, a formação dos mercados de trabalho urbanos, sem os quais o processo de transformação capitalista não ocorre.

Embora tendo sido fundada logo no início da colonização portuguesa, em 1554, a cidade de São Paulo permanecerá como um e pequeno e pouco importante entreposto comercial até quase o fim do século XVIII. As atividades que até então mobilizavam o interesse da coroa portuguesa, especialmente o açúcar e os metais preciosos, se encontravam em outras partes da colônia. Foi só com a expansão da cultura do café pelas terras que hoje compõem o interior do Estado de São Paulo é que a cidade ganhou importância como sede das atividades comerciais e bancárias impulsionadas pela nova e extraordinariamente rentável cultura. O desenvolvimento da região se dá já nos quadros da transição do Brasil para a condição de nação livre, que se concretiza em 1822.

Como se sabe, no século XIX, a Inglaterra abraça a causa abolicionista e passa a exercer grande pressão sobre os países americanos que, mesmo depois de independentes, mantiveram a instituição da escravidão. O Brasil será um dos últimos países a abolir a escravidão, mas desde meados do Século XIX o tráfico de escravos para o Brasil foi proibido, de modo que o desenvolvimento da economia do café nas novas regiões de exploração, situadas na província de São Paulo, foi menos penetrado pela escravidão e fez da região, desde muito cedo (pelos menos desde os anos 20 do século XIX), pólo de atração de volumosa imigração internacional. A partir do século XIX e ao longo de quase todo o século XX, o Brasil, (sendo São Paulo o principal destino), recebeu sucessivas levas de imigrantes de origens as mais variadas: italianos, espanhóis, alemães, poloneses, russos, sírios e libaneses, judeus, japoneses, coreanos, para mencionar os mais importantes em termos numéricos<sup>7</sup>. Poucos sabem, mas São Paulo é a cidade que concentra o maior contingente de

---

<sup>7</sup> No presente, a cidade continua sendo um pólo de atração de imigração, agora sobretudo de sul-americanos, africanos e chineses.

descendentes de japoneses no mundo, fora o Japão, naturalmente. O mesmo vale para os libaneses.

Assim, tão importante quanto a acumulação de capitais provenientes da exportação de café - que foi um dos elementos que ajudaram a desenhar o lugar da cidade no posterior processo de industrialização -, políticas migratórias sustentadas tanto pelo estado central quanto pelo regional induziram a formação precoce, para o contexto brasileiro, de um mercado de trabalho urbano livre, que foi um fator decisivo para que a cidade e a região se tornassem o centro de desenvolvimento de atividades em moldes capitalistas. Os fluxos de imigração (especialmente italianos e espanhóis) que se estabeleceram na cidade dotaram-na de uma força de trabalho em que se encontravam inúmeros trabalhadores que já possuíam especialização em ofícios artesanais e experiência fabril. Entre estes imigrantes, aqueles que vieram em melhores condições financeiras formaram o núcleo inicial da burguesia industrial e alguns construíram verdadeiros impérios em suas épocas. Foram também estes imigrantes que trouxeram para o Brasil a cultura do associativismo sindical, o anarquismo, o socialismo e o fascismo. Mais tarde, já sob o regime militar, será nesta região que eclodirá o amplo movimento de contestação sindical que influenciou toda a história recente do país. Pode-se creditar às grandes ondas de imigração os ares “cosmopolitas” ou multiculturais que a cidade sustenta hoje e que boa parte da literatura associa a aspectos mais intangíveis, mas não menos importantes do dinamismo típico das grandes cidades onde se desenvolvem atividades de criação e inovação.

A riqueza gerada pelo café (que chegou a representar dois terços das receitas de exportação do país no início do século XX), e a menor dependência da mão-de-obra escrava colocaram São Paulo no centro do poder político quando se inicia o período republicano. As oligarquias regionais, cujo poder se fundava na escravidão, foram marginalizadas e sob a hegemonia das oligarquias cafeeiras de São Paulo o estado brasileiro atuou intensamente para garantir a acumulação deste setor. No auge da recessão mundial iniciada em 1929, o governo brasileiro comprou e queimou quantidades astronômicas de café para manter a rentabilidade dos negócios, o que poderia perfeitamente ser descrito como uma fabulosa transferência de rendas com foco regional.

A Revolução de 1930, que em larga medida inventou o Brasil contemporâneo, marca o início do ciclo de industrialização por substituições de importações. Para entrar na Segunda Grande Guerra ao lado dos Aliados o governo brasileiro barganhou com os EUA recursos e tecnologia para implantar a indústria pesada. Muitos dos novos investimentos foram feitos na região de São Paulo (incluindo infra-estrutura, como transportes, telecomunicações e energia), onde se estabeleceram setores como siderurgia, refino de petróleo e petroquímica. A partir dos anos 50, quando se inicia um longo ciclo de crescimento acelerado da economia brasileira (nos anos 70 a indústria brasileira cresceu a taxas superiores a 10% ao ano), a área

metropolitana de São Paulo é escolhida para sediar o complexo automobilístico, que foi um dos motores deste ciclo de crescimento. Outros importantes complexos industriais, como o da metal-mecânica, dos eletro-eletrônicos, de linha branca, de plásticos e de bens de capital, por exemplo, também tenderam a se concentrar fortemente na região, dado que ali já se formava um amplo setor de fornecedores especializados, mão-de-obra qualificada para a indústria, instituições financeiras e a proximidade do mais importante porto brasileiro, em Santos, a cerca de uma hora da capital. Assim que, entre os anos 50 e os 70, a região metropolitana de São Paulo respondia sozinha por mais da metade do produto industrial do país. Como o modelo de industrialização brasileiro foi muito apoiado na atração de capital multinacional, o ambiente empresarial da cidade também se transformou, pela presença de grandes conglomerados industriais, principalmente norte-americanos, alemães, italianos, franceses e japoneses. Isso certamente contribui para dotar a cidade de um ambiente de negócios muito mais cosmopolita do que o resto do país.

Como se pode imaginar, a cidade e seu entorno se transformaram em um pólo de atração para migrantes de todas as partes do país, gerando um crescimento exponencial da região. Uma vez mais, as políticas fundiárias concentradoras, que marcam a atuação do estado brasileiro serviram de instrumento para o adensamento da região central de São Paulo. Entre 1950 e 2000, o Brasil viveu sua curva demográfica (a taxa de fecundidade recuou de 5,9 para 1,3 filhos por mulher) e se tornou um país urbano (a população vivendo em cidades passou de 36% para 81%). Esta transformação gigantesca foi ainda mais acentuada na cidade. Neste meio século, a população do país cresceu três vezes, a do Estado de São Paulo quatro vezes e a da cidade de São Paulo cinco vezes, passando esta de pouco mais de 2 milhões de habitantes em 1950 para mais de 10 milhões em 2000. A literatura brasileira dos anos 60 e 70 tendeu a acentuar o caráter disfuncional da concentração urbana, mas autores como Francisco de Oliveira e Lucio Kowarick já apontavam o quanto o adensamento populacional na cidade e na Região Metropolitana foram fundamentais para o ciclo de crescimento industrial acelerado vivido pelo país na década de 70. A ampla disponibilidade de mão de obra e mesmo a existência de um vasto mercado informal de trabalho serviram de suporte à acumulação industrial hiper-concentrada.

A reversão do processo demográfico, no entanto, já se deu e hoje a cidade caminha para a estabilização de sua população. Vários fatores contribuem para isso: redução nos fluxos migratórios e seu redirecionamento para outras regiões de desenvolvimento mais recente; o elevado custo de vida e a explosão dos preços da terra na cidade; a redução na demanda por mão-de-obra de baixa qualificação. A cidade hoje cresce pouco e tende a expulsar as populações de mais baixa renda para os municípios em seu entorno, gerando um novo tipo de segregação espacial da pobreza.

O que se pretende mostrar com esta digressão histórica é que se a cidade de São Paulo é hoje um pólo urbano razoavelmente cosmopolita e internacionalizado, onde se concentram os setores mais intensivos em capital e conhecimento, isso se deve ao fato de o país como um todo ter canalizado muito de sua energia desenvolvimentista para a região. Num padrão mais ou menos típico de países em desenvolvimento, a hiper-concentração urbana atende ao imperativo de concentrar regionalmente os recursos nacionalmente escassos, como o capital para os investimentos produtivos, os serviços sociais, as instituições mais avançadas de ensino e pesquisa. Pode-se dizer que a estratégia de hiper-concentração “funcionou” na medida em que o país conseguiu dar o salto, tornando-se uma das 10 maiores economias industriais do mundo. Mas ao custo de uma desigualdade regional e social que é proverbial no mundo.

## **A cidade e o país**

“These city-regions are locomotives of the national economies within which they are situated, in that they are the sites of dense masses of interrelated economic activities that also typically have high levels of productivity by reason of their jointly-generated agglomeration economies and their innovative potentials. In many advanced countries, evidence shows that major metropolitan areas are growing faster than other areas of the national territory, even in those countries where, for a time in the 1970s, there appeared to be a turn toward a dominant pattern of non-metropolitan growth. In less-developed countries, too, such as Brazil, China, India and South Korea, the effects of agglomeration on productivity are strongly apparent, and economic growth typically proceeds at an especially rapid rate in the large metropolitan regions of those countries. The same metropolitan regions are at once the most important foci of national growth and the places where export-oriented industrialization is most apt to occur.” (SCOTT & STORPER 2003, p. 581).

A passagem acima contém aspectos importantes que nos interessa realçar na análise do caso de São Paulo. Em primeiro lugar, a idéia de que as cidades-regiões, grandes áreas metropolitanas, são as “locomotivas” das economias nacionais: seu tamanho, sua diversidade setorial, suas formas de inserção externa, o ambiente que propiciam para trabalhadores especializados.

Autores importantes, como Manuel Castells, abraçam a idéia de que ascensão das tecnologias de informação e a globalização econômica implicariam no declínio dos estados nação e conduziriam à formação de um mundo à semelhança de uma constelação de “cidades-nós-de-rede”. Esta polêmica é bem mais ampla do que o debate sobre as cidades e não há como desenvolvê-la aqui, mas a grande crise de 2008 deve ter servido para lembrar a



todos o quanto os estados nacionais ainda são o esteio da economia global. As empresas financeiras (e o capital financeiro é sempre apontado como a forma mais fluida e desterritorializada de capital) foram salvas, uma a uma, pelos seus respectivos estados nacionais. E o fato de cidadãos ingleses e holandeses terem sido prejudicados pela bancarrota de uma grande instituição financeira islandesa, levou os governos daqueles países a socorrerem seus cidadãos e acionarem o governo do pequeno país nórdico a lhes restituir os fundos perdidos. Hoje parece claro que o enterro dos estados nacionais, tão alardeado nos anos 90, foi precoce.

Três aspectos merecem análise por se associarem mais de perto ao caráter das grandes cidades de países em desenvolvimento, São Paulo em particular. São eles: a) a importância da indústria manufatureira; b) a extensão do raio de gravitação destas cidades; e c) seu papel nos processos de inovação e incremento produtivo. O problema das relações entre o regional e o nacional será retomado nas conclusões.

#### a. Cidade pós-industrial?

As teses pós-industrialistas são antigas e têm muitas versões diferentes, mas basicamente convergem para a idéia de que o desenvolvimento presente, altamente intensivo em tecnologias informacionais, projeta as sociedades para economias baseadas cada vez mais na criação e circulação de bens imateriais, perdendo importância os processos manufatureiros. Esta tendência encontra nas grandes cidades o seu zênite. É claro que autores como Castells e Sassen sabem perfeitamente que o declínio das manufaturas - especialmente daquelas mais características da segunda revolução industrial - nos países muito ricos, Europa à frente, tem como contrapartida o colossal processo de industrialização vivido nas últimas décadas pelos países em desenvolvimento. Visto do “Sul”, o que está em curso ainda parece ser uma vasta revolução industrial, menos do que surgimento de uma economia pós-industrial, essencialmente terciária. Não que a chamada “nova economia” não se desenvolva nestes países – há muitos bons exemplos em contrário – mas ela não substitui o papel crucial que a indústria manufatureira desempenha e continuará desempenhando nas nações de desenvolvimento mais recente. Mas isso não impediu que se disseminasse no meio acadêmico, no senso comum e, o que é potencialmente mais grave, entre *policy makers* a associação entre metrópoles “modernas” e atividades terciárias, ou simplesmente a tese da metrópole terciária. Isso ocorreu no Brasil, por exemplo. Vejamos, então, como a trajetória recente da cidade de São Paulo ilumina esta controvérsia.

Como já se expôs na seção 2, São Paulo foi o epicentro do processo de industrialização brasileira desde o seu início, nas primeiras décadas do século XX. Em meados dos anos 1950, a região metropolitana de São Paulo concentrava mais de 50% da produção industrial brasileira, com menos de 10% da população. A partir dos anos 1970, sob indução do

governo federal, tem início um processo de desconcentração relativa da indústria, em paralelo com a expansão de novas fronteiras de desenvolvimento rumo ao centro-oeste e ao norte do país. Mesmo assim, hoje o Estado de São Paulo concentra os mesmos 50% da produção industrial brasileira, que antes se reuniam na área metropolitana apenas. Isso porque foram as áreas limítrofes à região metropolitana as que mais avançaram industrialmente no país. Traçando um raio de 150 quilômetros a partir do centro da cidade de São Paulo encontra-se cerca de 40% da produção industrial brasileira. Isso revela que os novos investimentos industriais, que a partir dos anos 70 começam a evitar a cidade e mesmo seu entorno metropolitano, continuaram atraídas por ela, onde muitas das empresas de maior porte, multinacionais especialmente, mantêm suas sedes corporativas. Por isso, muitos especialistas brasileiros vêm falando na formação da macro-metrópole de São Paulo, uma conurbação de perto de 30 milhões de habitantes, composta por 4 áreas metropolitanas limítrofes à de São Paulo (São José dos Campos, Campinas, Santos e Sorocaba) onde se concentram diversos tipos de indústria, das mais tradicionais às mais inovadoras<sup>8</sup>.

Cumprir adicionar que o estado de São Paulo tem grande peso também em algumas das mais importantes cadeias de produção de bens primários para o mercado nacional e internacional; três delas merecem destaque pela proeminência que dão ao Brasil: o complexo da cana-de-açúcar (combustível para automóveis, energia elétrica, açúcar, ração animal, plásticos biodegradáveis); suco de laranja (setor em que o Brasil controla cerca de 80% do mercado mundial) e carnes (outro setor em que o Brasil é líder mundial), setores em que o país conta com hoje multinacionais de grande porte. Não há dúvida que a riqueza gerada por estes setores (que estão entre os que mais cresceram nos últimos anos no país) converge de variadas formas para a cidade de São Paulo.

Apesar da perda de importância relativa da indústria manufatureira na cidade esta continua sendo extremamente importante tanto para a economia local quanto para a nacional. Sobretudo ao longo dos anos 80 e 90 esta indústria se reestruturou adquirindo novas características: a utilização de espaços menores, o crescente recurso à subcontratação de serviços (de baixa ou de alta complexidade) e a manutenção na cidade de sedes e centros de P&D, enquanto suas plantas se mudam para outras regiões, especialmente para o entorno da cidade. A manufatura representa 22% do valor adicionado do município<sup>9</sup> e cerca de 16% do total do emprego da cidade, cifra bastante relevante (ver tabela 1).

---

<sup>8</sup> Ver AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1986; MATTEO, Miguel e TAPIA, Jorge R. B. Características da Indústria Paulista nos anos 1990: em direção a uma *city region*? In Revista de Sociologia e Política, nº 18: 73-93, jun. 2002; e ABDAL, Alexandre. São Paulo, Desenvolvimento e Espaço: a formação da Macropetrópolis Paulista. São Paulo: Papagaio, 2009.

<sup>9</sup> Fundação Seade. PIB Municipal 2007.

Table 1: Firms, employment\* and wage mass\*\* according to industries. SP City, 1997 and 2005

Industries	1997					2005				
	Firms		Employment		Wage	Firms		Employment		Wage
	Abs	%	Abs	%	%	Abs	%	Abs	%	%
Manufacturing	74.286	14,0	549.050	22,4	23,7	80.314	11,8	459.761	16,3	18,4
Services	219.241	41,2	1.250.324	51,0	57,8	277.766	40,7	1.578.478	55,9	61,1
Trade	216.020	40,6	470.691	19,2	13,4	302.147	44,3	641.834	22,7	16,7
Construction	22.463	4,2	179.471	7,3	5,2	21.689	3,2	143.174	5,1	3,8
Total	532.010	100,0	2.449.536	100,0	100,0	681.916	100,0	2.823.247	100,0	100,0

Source: Rais/MTE. Cebrap. Computed by the authors.

\* Formal employment, only.

\*\* In R\$ on 12/2006. Inflator: INPC/IBGE.

Obs.: Public administration is not computed.

Mesmo setores tradicionais, como têxtil-vestuário, se requalificaram, valorizando partes de maior valor agregado na cadeia produtiva, como o design e a moda. É interessante perceber como uma indústria tradicional como esta, mesmo com a competição de produtos importados da China e o deslocamento de plantas para o Nordeste brasileiro, continua forte na cidade, a despeito das forças de repulsão previstas pelas teorias aglomerativas.

No que concerne aos serviços, algumas atividades se renovaram e outras surgiram. Por um lado, houve, de fato, um impulso com a terceirização em setores como segurança, alimentação, limpeza, parte da informática e contabilidade. E a exposição à dinâmica concorrencial do mercado forçou uma diversificação da pauta de serviços ofertados e dos clientes. Por outro lado, muitas novas atividades foram criadas, gerando uma complexa teia de subcontratações, como é o caso de certos nichos das telecomunicações, do setor de informática, do financeiro e de consultorias especializadas (gestão, jurídicas e publicidade).

Uma diferenciação entre a terceirização para redução de custos e a chamada subcontratação, portanto, deve ser feita. Na base disso está uma idéia antiga: necessidades são criadas. Nos anos 80, por exemplo, as empresas não contratavam outras para fornecer complexos sistemas de gestão, como os ERPs (*Enterprise Resource Plannings* ou sistemas integrados de gestão empresarial) porque elas o desenvolviam internamente, mas simplesmente porque tais softwares não existiam. Ou seja, novos processos de produção e gestão surgiram, a partir de conhecimentos novos, o que praticamente obrigou empresas a subcontratar tais serviços daquelas que, por sua vez, possuem conhecimento específico e sabem fazer. Mas como se sabe desde Adam Smith, o aprofundamento da divisão social do trabalho depende diretamente da escala dos mercados e, nesse sentido, a concentração regional em um contexto de elevada desigualdade regional tende a ser cumulativa. Por isso a cidade ganha em participação dos setores de serviços sem deixar de ser industrial, ao contrário do que prescreve o debate sobre as mega-cidades (muito inspirado em situações empíricas dos países mais desenvolvidos).

Ann Markusen, em estudos sobre as áreas metropolitanas norte-americanas, utiliza um sistema de classificação que se organiza em torno de duas definições polares: *especialização* e *diversificação*. Regiões especializadas são aquelas em que se destaca um conjunto limitado de atividades (que podem ser tanto industriais, caso de Detroit nos anos áureos da indústria automobilística; financeiras e comerciais, como Nova Iorque; ou de serviços, como cinema ou a indústria de software em regiões da Califórnia). Regiões especializadas tipicamente produzem para mercados que estão além de suas fronteiras e por isso são exportadoras<sup>10</sup>. Regiões diversificadas são aquelas em que os diversos tipos de atividades se combinam de maneira equilibrada (isto é, reproduzem a estrutura produtiva predominante nas áreas metropolitanas do país como um todo) destinando sua produção principalmente ao consumo local. Cidades especializadas tendem a ter elevada produtividade em setores específicos por força dos ganhos de escala (as economias aglomerativas marshallianas), mas são muito mais vulneráveis aos ciclos de produtos; quando um produto perde importância ou é conquistado por novas regiões mais produtivas, as regiões nele especializadas podem entrar em declínio (foi exatamente o caso de Detroit, quando a indústria automobilística se desenvolveu em países como o Japão). Regiões diversificadas gozam da multiplicidade de competências produtivas (as vantagens de tipo jacobianas) e podem ser mais flexíveis para se reestruturar em face de mudanças globais.

Utilizando estes conceitos (ainda que com recursos metodológicos diferentes), Abdal<sup>11</sup> realiza um exercício de caracterização das principais regiões metropolitanas brasileiras (ver Anexo) e conclui que a região metropolitana de São Paulo - e somente ela - se caracteriza por ser ao mesmo tempo especializada e diversificada. Utilizando uma classificação de atividades produtivas baseada em intensidade tecnológica, a região apresenta concentrações acima da média em quase todas as atividades de maior conteúdo tecnológico, sejam elas industriais ou de serviços. Entre as atividades mais intensivas em tecnologia e conhecimento destacam-se: microeletrônica, automação industrial, fabricação de equipamentos ópticos, equipamentos de informática, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos e fármacos, desenvolvimento de software e consultoria em sistemas, telecomunicações, engenharia, publicidade, pesquisa, atividades financeiras, atividades de mídia, de educação e de saúde.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> O conceito de exportação poder ser apenas figurativo. Cidades turísticas ou especializadas em serviços de educação e medicina, por exemplo, produzem para outros, mas estes têm que consumir o produto localmente.

<sup>11</sup> Markusen se utiliza da estrutura sócio-ocupacional para caracterizar as regiões e o estudo de Abdal utiliza a estrutura empresarial.

<sup>12</sup> A classificação por intensidade de tecnologia e de conhecimento se baseia nas taxonomias da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a indústria – com base nos gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) –, e do Gabinete de Estatística da Comissão Europeia (Eurostat) para os serviços – que categoriza os segmentos segundo a intensidade de conhecimento. Propomos um aperfeiçoamento da proposta de classificação da OCDE e da Eurostat e uma adaptação para o caso brasileiro, com a criação de grupos e um rearranjo das atividades. Essas alterações se justificam em função de motivações analíticas e metodológicas. Sendo assim, para a indústria são quatro grupos: High-tech manufacturing industries, Medium-high-tech manufacturing industries, Medium-low-tech manufacturing industries and Low-tech manufacturing industries. Para os serviços as mudanças foram mais significativas e resultaram nos seguintes grupos: Technological knowledge

Regiões metropolitanas como Curitiba e Campinas se destacam pela elevada concentração de indústrias mais modernas; o Rio de Janeiro em serviços intensivos em conhecimento (como serviços sociais, publicidade e mídia); e as regiões metropolitanas de Recife e Salvador se destacam especialmente pela concentração de atividades típicas do setor público (ver Anexo com uma análise desdobrada para as várias regiões metropolitanas)<sup>13</sup>.

No caso de São Paulo, os setores de serviços mais modernos são especialmente importantes e tendem a se destacar da indústria manufatureira, no sentido de que não são meros desdobramentos ou suportes desta. A indústria não deixou de fazer parte da sua lista de clientes, mas se tornou um cliente entre outros tão importantes quanto, como o setor financeiro, os governos e o próprio setor de serviços. Nesse contexto, se fortalecem na cidade setores como o financeiro (bancos, corretoras e serviços relacionados)<sup>14</sup>, consultorias diversas (direito e gestão), a tecnologia da informação e, ainda, atividades de mídia ou da chamada economia criativa, como cinema, rádio, TV, jornalismo, publicidade, games e cultura.

Definida a agregação setorial, alguns resultados mostram a importância de tais atividades para o desenvolvimento do município de São Paulo. Conforme pode ser observado na tabela 2, em 2005, apesar da baixa participação em termos de estabelecimentos (10%), elas respondiam por 26% da força de trabalho formal e por 41% da massa salarial da cidade de São Paulo. Além disso, representavam 43% do valor adicionado<sup>15</sup> e 53% dos empregados com nível superior no município.

---

intensive services (KIS), Professional KIS, Financial KIS, Social KIS and Media KIS. Para mais detalhes sobre a classificação, ver, TORRES-FREIRE, Carlos, ABDAL, Alexandre, BESSA, Vagner. (2010). "Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva", In: Comin, Torres-Freire e Wissenbach (orgs.), *Metamorfoses Paulistas: Atlas Geoeconômico da Cidade*. São Paulo: Co-edição Sempla/Cebrap, 2010 (no prelo).

<sup>13</sup> É bem verdade que as definições setoriais tendem a homogeneizar situações díspares. Como observa Ann Markusen, sob um mesmo rótulo setorial uma indústria pode ser altamente inovadora ou se dedicar apenas à montagem final de produtos. Daí a preferência da autora pelo uso das definições e informações ocupacionais. Neste momento estamos desenvolvendo um exercício inspirado nesta metodologia para as 50 maiores cidades brasileiras.

<sup>14</sup> O setor financeiro está bastante concentrado em São Paulo. Estão na cidade as principais sedes de bancos nacionais – que foram se instalando desde os anos 1960 – e internacionais – que chegaram nos anos 1990 –, a principal bolsa de valores e mercadorias da América Latina – com a fusão da BM&FBovespa – e uma miríade de serviços auxiliares. Além da relevância pelo número de empregados (boa parte deles com nível superior), pelos altos salários e pelo incentivo ao desenvolvimento tecnológico de outros setores por demandas complexas e especializadas, a atividade de intermediação financeira por si só é essencial pela sua capacidade de irrigar o desenvolvimento econômico da cidade.

<sup>15</sup> Segundo Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (Paep) de 2001, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) do Estado de São Paulo.

**Tabela 1: Variação (%) de pessoal ocupado e estabelecimentos segundo classificação por intensidade de tecnologia e conhecimento. MSP, 1997-2005\***

Variação (%) firmas, empregos, massa salarial e renda média, por setores segundo a intensidade tecnológica. MSP, 1997-2005\*

Setores de atividade	Estab. %	Emprego %	Massa %	Renda média %
<b>Manufatura</b>				
Alta	21,7	-15,5	-20,4	-5,8
Média-Alta	10,2	-12,2	1,5	15,6
Média-BAixa	11,9	-23,1	-23,1	-0,1
Baixa	1,8	-13,4	-17,3	-4,4
<b>Serviços Intensivos em Conhecimento</b>				
Tecnológicos	40,8	17,4	18,3	0,7
Produtivos	1,4	90,8	87,0	-2,0
Financeiros	15,1	2,6	6,2	3,5
Sociais	-16,0	35,5	42,2	4,9
Mídia	-16,6	8,2	3,3	-4,5
Outros Serviços	33,4	23,8	7,3	-13,3
Comércio	39,9	36,4	37,3	0,7
Construção Civil	-3,4	-20,2	-20,0	0,3
Total	28,2	15,3	9,6	-4,9

\*Em R\$ Reais de 12/2006. Inflator: INPC/IBGE.

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Cebrap.

Em termos da renda do trabalho gerada, estão nessas atividades as rendas mais altas tanto para a mão-de-obra mais escolarizada quanto para aquela menos escolarizada. Isto é, não são atividades que absorvam somente os altos estratos da força de trabalho; geram melhores condições de inserção também para os mais baixos<sup>16</sup>.

A tabela a seguir resume o peso da Região Metropolitana de São Paulo no que diz respeito à concentração das atividades mais intensivas em capital e tecnologia, no conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras.

<sup>16</sup> TORRES-FREIRE, Carlos, ABDAL, Alexandre, BESSA, Vagner. (2010). "Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo competitiva", In: Comin, Torres-Freire e Wissenbach (orgs.), *Metamorfoses Paulistas: Atlas Geoeconômico da Cidade*. São Paulo: Co-edição Sempla/Cebrap, 2010 (no prelo).

Table 3: Employment\* and wage\*\* mass participation according to high and medium high-tech manufacturing industries and to knowledge Intensive Services (KIS) in seven Brazilian cities; 2005

Cidades	Alta		Média-alta		SIC-T		SIC-P		SIC-F		SIC-S		SIC-M		Total	
	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa	Emp.	Massa
São Paulo	10,7	12,1	12,2	17,7	18,0	25,6	20,1	32,8	23,5	27,9	13,9	19,9	14,7	23,3	11,7	18,0
Rio de Janeiro	2,1	2,1	3,0	3,6	12,0	16,4	8,4	10,5	9,7	10,0	7,9	8,6	13,4	26,1	6,2	7,8
Belo Horizonte	0,8	0,6	1,0	0,6	6,3	5,2	3,9	2,9	3,4	3,2	4,1	4,2	2,3	2,4	3,1	3,0
Porto Alegre	1,0	1,0	1,1	1,0	2,5	2,7	2,2	2,0	2,8	3,1	3,1	4,6	3,0	3,2	1,7	2,1
Recife	0,3	0,2	0,6	0,4	1,6	1,4	2,1	1,4	1,5	1,3	1,9	1,4	1,4	1,6	1,4	1,2
Salvador	0,1	0,1	0,2	0,2	1,9	1,6	2,5	2,1	1,7	1,7	3,3	3,5	1,6	1,7	1,8	1,6
Curitiba	3,0	3,5	1,9	1,9	3,9	3,5	2,5	2,5	3,1	3,1	2,3	2,1	2,0	1,9	2,0	2,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Source: Rais/MTE. Cebrap. Computed by the authors.

\* Formal employment, only.

\*\* In R\$ on 12/2006. Inflator: INPC/IBGE.

Obs.: Public administration is not computed.

Analisando a estrutura produtiva da cidade de São Paulo a partir dessa classificação por intensidade de conhecimento e tecnologia, o que se nota é menos um processo de esvaziamento da indústria e mais um movimento intenso de reorganização da mesma. A situação que se configura na cidade é um aumento no número de estabelecimentos de indústria de alta intensidade tecnológica e uma diminuição dos estabelecimentos da indústria de baixa intensidade tecnológica. Movimento semelhante ocorre com os serviços: os mais sofisticados ou mais intensivos em conhecimento (telecomunicações, informática, atividades financeiras, publicidade, mídia), são os que mais crescem no município, somando-se ao dinamismo dos setores industriais que permanecem, ao invés de simplesmente substituí-los.

Portanto, o que caracteriza o desenvolvimento atual da cidade de São Paulo não é a passagem de uma estrutura industrial para uma pós-industrial ou terciária e sim a acumulação de funções. Cumpre este papel por que concentra enormemente os ativos nacionais muito relevantes tanto para a indústria quanto para os serviços.

#### b. Cidade de comando

Saskia Sassen (2001) define as cidades globais (Nova Iorque, Londres e Tóquio) como centros de comando e articulação dos sistemas produtivos em escala mundial. O fato de as atividades diretamente produtivas terem se espalhado pelo mundo em desenvolvimento, em busca de custos diferenciais e novos mercados consumidores, é uma das justificativas para a tendência de concentração das funções de articulação e comando em grandes cidades detentoras de infra-estrutura avançada em finanças, telecomunicações, comércio e serviços empresariais em geral. Reduzida a escala para o âmbito nacional ou regional, muitas grandes cidades cumprem papel análogo. Para Duranton e Puga (2005) essas cidades transitam de um padrão de “especialização setorial”, baseado na concentração de cadeias produtivas, para um padrão de “diversificação funcional”, baseado em atividades tanto de comando como de suporte, que “servem” às diversas cadeias produtivas já não mais localizadas em seu próprio território.

A importância econômica da cidade de São Paulo em termos nacionais é usualmente medida pelo peso de seu PIB: a cidade responde por cerca de 12,5% do PIB nacional (com 5% da população). Como este tem declinado em termos relativos, pelo crescimento mais acelerado de outras regiões, isto induz a uma falsa imagem de perda de importância. Quando se considera a importância “funcional” do município como centro de comando e articulador das economias regionais brasileiras o que se observa é uma forte ampliação de sua área de gravitação, não apenas em termos estritamente produtivos, mas também como centro de compras e lazer, de serviços médicos especializados e como principal portal de relações com o exterior.

As mudanças na estrutura produtiva da cidade, apontadas no item anterior, parecem coerentes com a ampliação do arco de influência da cidade, especialmente em direção às novas fronteiras de expansão da economia nacional, nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, há milhares de quilômetros de distância. Segundo o estudo “Regiões de influência das cidades – 2007”, realizado pelo IBGE, a rede de cidades que tem como principal conexão econômica o município de São Paulo é composta por 1.028 municípios, que juntos concentram 28% da população do país (51 milhões de habitantes, espalhados por cerca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados, mais de um terço do território nacional) e 40,5% do PIB brasileiro, refletindo a concentração mais que proporcional da riqueza nesse agregado regional. Também no interior de sua área de influência a cidade de São Paulo se destaca com um PIB per capita 66% superior: R\$ 21,6 mil, contra R\$ 14,2 mil para os demais municípios do conjunto. Para efeito de comparação, o segundo município de maior importância como centro econômico, o Rio de Janeiro, exerce influência sobre 264 municípios, com pouco mais de 20 milhões de habitantes (11,3% da população brasileira), que juntos respondem por 14,4% do PIB nacional, em 2005. E, nesse caso, a diferença entre a renda do centro (Rio de Janeiro, com R\$ 15 mil) para os demais municípios (R\$ 14,8 mil) é apenas residual.

Além disso, das 1.124 maiores empresas instaladas no Brasil, 365 têm sede no município de São Paulo (420 ao todo no Estado); dentre as 50 maiores instituições financeiras (por ativo total), segundo o Banco Central do Brasil, 32 têm sede em São Paulo, revelando o importante papel de centro financeiro do município (especialmente no setor privado). Esses dados reforçam a idéia de que as mudanças na estrutura produtiva da cidade incluem o adensamento das funções de comando das atividades empresariais.

### c. Cidade como ambiente de criatividade e conhecimento

As grandes cidades são diferentes não apenas porque são grandes, mas porque são especialmente propícias ao desenvolvimento de atividades produtivas baseadas em conhecimento e criatividade. A literatura aponta algumas razões para a associação entre ambientes urbanos e a criação e circulação de conhecimento, e boa parte delas está



relacionada ao principal insumo das cadeias baseadas nesses ativos: o trabalhador. Ainda que se defenda que tais atividades econômicas possam gerar empregos para diferentes perfis de trabalhadores, é consenso que é nesses setores que o trabalhador qualificado é especialmente necessário. As atividades que envolvem inovação de qualquer natureza dependem da proximidade – não apenas espacial, mas também cognitiva, organizacional e cultural<sup>17</sup> – e da fluidez das interações dentro dessas redes de profissionais. Quanto mais novos os processos envolvidos mais eles dependerão de contatos face-à-face e de redes sociais específicas para se realizar como atividade econômica<sup>18</sup>.

As grandes concentrações urbanas são, em geral, reservatórios desses trabalhadores, não apenas porque esses tendem a preferir espaços mais densos e diversificados em termos de ofertas de trabalho (onde podem atingir maiores remunerações e manter-se inseridos em redes sociais especializadas), como também por conta de outras facilidades propiciadas pelas grandes cidades (equipamentos de consumo, cultura e lazer mais sofisticados, serviços de saúde, boas escolas para os filhos etc.). É bem verdade que por razões históricas (especialmente a elevada concentração de renda e a falta de planejamento urbano), São Paulo está longe de entrar na lista das melhores cidades do país em termos da qualidade de vida; a cidade sofre cronicamente com os congestionamentos de trânsito, a poluição, as enchentes, e as altas taxas de criminalidade. Mas é sem dúvida o mercado de trabalho que oferece as mais amplas e melhor recompensadas oportunidades de carreira profissional para trabalhadores qualificados.

Com efeito, São Paulo concentra parte substancial da infra-estrutura de conhecimento do país. Do total de alunos diplomados em cursos superiores no Brasil, em 2004, 30% estavam no Estado e 12% na capital de São Paulo. Entre 1996 e 2003, no Estado formaram-se 15.711 doutores, mais de 60% do total nacional, cerca de metade dos quais na capital (Viotti e Baessa, 2008). O município é sede da maior universidade do país, que é também a instituição brasileira líder em indicadores de produção científica internacional. Neste último quesito, medido pela produção de artigos publicados em revistas indexadas internacionalmente, a trajetória brasileira nas últimas décadas é bastante positiva: o país saltou de 0,2% da produção mundial, em 1980, para 1,5% na presente década. Nada menos que a metade da produção brasileira se realiza no estado, 25% só na Universidade de São Paulo (USP), cujo maior campus está na cidade.

---

<sup>17</sup> Para uma discussão bastante instigante sobre as diversas dimensões de “proximidade” envolvidas na análise dos processos de inovação, veja-se Boschma (2005).

<sup>18</sup> Um dado para situar o leitor: entre os países emergentes o Brasil ocupa a quarta posição em termos dos investimentos globais em P&D, atrás de China e Coréia do Sul, que despendem mais de três vezes, em termos absolutos, o montante brasileiro nestas atividades, e Taiwan (pequena província chinesa de pouco mais de 20 milhões de habitantes) que investe 50% a mais. Mas se encontra à frente de países como Índia, Rússia e México. Quando se consideram apenas os investimentos em P&D das firmas, o Brasil cai para quinto lugar (ultrapassado pela Rússia), mas a uma distância bem maior dos líderes Coréia do Sul e China (UNCTAD, 2005), evidenciando um descompasso maior entre as capacidades tecnológicas do país e seu sistema produtivo.

A cidade possui grande número de equipamentos de saúde de alta complexidade, que atraem pacientes não apenas de todo o país como também de países vizinhos. Possui ainda a mais diversificada oferta de serviços culturais e de lazer do país – com 319 salas de cinema, 110 museus e 160 teatros<sup>19</sup>. É um grande centro de consumo, que reúne desde grifes internacionais até centros de comércio, como a Rua 25 de Março, por onde passam mais de 800 mil pessoas por dia, atraindo varejistas de todas as partes do país e um contingente crescente de vizinhos da América do Sul e até mesmo de países africanos. Poucas pessoas utilizariam os adjetivos “bela” ou “aprazível” para descrever São Paulo, mas a despeito disso ela é, de longe, o maior pólo turístico do país, sobretudo por força do turismo de negócios.

## **Conclusões**

Por concentrar de maneira muito desproporcional diversos ativos mais modernos, a cidade se aproxima, em muitos aspectos, do perfil prescrito pela literatura para as cidades que exercem comando e nutrem de inovações as grandes economias. Mas é importante não subestimar os efeitos negativos da hiper-concentração, nem superestimar os efeitos positivos que a densidade destes fatores pode criar. Os limites para o desenvolvimento da cidade ainda são ditados pelo andamento da economia nacional, até por que a economia brasileira segue sendo razoavelmente autárquica (o comércio externo representa cerca de 20% do PIB brasileiro, índice muito menor do que o das maioria dos países asiáticos e mesmo de países latino-americanos como México). É interessante notar que as taxas de crescimento econômico do Estado de São Paulo são fortemente pró-cíclicas em relação à economia nacional, isto é, quando a economia brasileira recua, a do Estado recua mais acentuadamente; e quando a economia nacional cresce a de São Paulo cresce mais intensamente. Da mesma forma, as políticas do governo federal, especialmente a política industrial e tecnológica e as ações do BNDES, terminam reforçando a posição do Estado. Finalmente, como demonstra o estudo do IBGE sobre as regiões de influência das cidades, a cidade de São Paulo parece se beneficiar muito diretamente do dinamismo das novas fronteiras de crescimento do país. Em outras palavras, o alcance gravitacional da cidade é ainda essencialmente nacional, tendendo a se expandir também pelo continente sul-americano, na medida em que a integração regional avança. Mas essa limitação não se deve às características produtivas ou urbanas da cidade, e sim ao grau ainda restrito de internacionalização da economia brasileira.

As mudanças na estrutura produtiva da cidade e da região metropolitana são ambíguas do ponto de vista de seus efeitos sobre a estrutura social. A substituição maciça de empregos industriais por empregos nos setores de serviços sugere que a cidade acompanha a tendência das grandes cidades mundiais. Como em muitos outros casos, essas mudanças produzem efeitos desagregadores sobre o mercado de trabalho, com o aumento do setor informal, por

---

<sup>19</sup> SP Turis, 2008. *Indicadores e Pesquisas do Turismo da Cidade de São Paulo*.

exemplo, o que leva muitos autores a assumirem que as economias urbanas contemporâneas têm um viés polarizador. Com efeito, o setor industrial tradicionalmente gera empregos de melhor qualidade e reforça os estratos intermediários (de renda e qualificação) da escala ocupacional, no sentido oposto ao da polarização. Estudos sobre as mudanças na estrutura sócio-ocupacional da região metropolitana (ver Comin 2003 e 2008 e Marques, Scalón e Bichir, ???), contudo, concluem que, a despeito das profundas mudanças no mercado de trabalho, vividas pela região nos anos 1990 e 2000, a estrutura sócio-ocupacional pouco se altera, resultados que ainda carecem de explicação mais acurada. Tais resultados podem tão somente refletir o fato de que a estrutura social se transforma mais lentamente do que a estrutura produtiva e que as escalas de mobilidade social talvez não sejam as melhores ferramentas para este propósito; ou que, ao menos em parte, a transição de uma estrutura mais intensiva em empregos industriais para uma mais intensiva em serviços resulte de efeitos estatísticos relacionados a terceirizações (as funções terceirizadas passam a ser contadas como serviços, mas mantêm relação funcional com a indústria).

O caos urbano de metrópoles como São Paulo aponta para os limites do modelo de desenvolvimento hiper-concentrado, que caracteriza a trajetória passada e presente da maior parte dos países em desenvolvimento. Em países como o Brasil, em um horizonte previsível, infelizmente, os melhores lugares para estudar, trabalhar e fazer negócios não são os melhores lugares para viver, se por viver bem entende-se dispor de espaço, ar puro e áreas verdes. Mas mais do que isso estas cidades sintetizam muito bem os processos de desenvolvimento geradores de desigualdades extremas e muito difíceis de reverter, que a experiência brasileira, mesmo com os avanços recentes, exemplifica como poucas.

Do ponto de vista da dinâmica interna à região metropolitana de São Paulo, é possível supor o que o padrão de segregação espacial da pobreza se amplie, colocando novos problemas. As mudanças no mercado de trabalho que reduzem as chances de inserção bem sucedida para indivíduos de baixa instrução, o encarecimento dos preços da terra e do custo de vida em geral as políticas de privilegiamento dos interesses do grande capital imobiliário, que caracterizam a gestão municipal nas últimas décadas (salvo por dois mandatos de prefeitos de esquerda) representam forças de repulsão dos estratos de mais baixa renda. Tomando o intervalo entre 1997 e 2007, Cardoso (2009) aponta que os municípios mais desenvolvidos da RMSP, como a capital, Santo André, Osasco e São Bernardo são os que menos cresceram em termos populacionais (em torno de 10%); enquanto municípios como Santana do Parnaíba, Vargem Grande Paulista, São Lourenço da Serra, Itaquaquecetuba e Suzano cresceram a taxas superiores a 50%. Os municípios que tipicamente recebem estas populações são também os mais pobres e menos desenvolvidos economicamente, servindo de cidades-dormitório, com infra-estrutura mais precária de serviços públicos. Alguns destes municípios têm boa parte de sua área física severamente restringida para usos produtivos por

que contém mananciais legalmente protegidos, em torno dos quais se aglomeram crescentemente novas favelas e bairros informais, que até pela natureza destes territórios não poderão ser devidamente urbanizados. Estes municípios ficam assim impedidos de atrair investimentos de qualquer ordem, que lhes reforce o orçamento e gere empregos, enquanto lhes toca a responsabilidade de zelar pelas áreas de proteção ambiental e o atendimento dos serviços básicos intensamente demandados pelos mais pobres. A inexistência de esferas governativas de âmbito metropolitano e a tendência de os municípios da região mais competirem que colaborarem entre si, não é nada promissora no que diz respeito à solução destes problemas.

Quanto às desigualdades regionais, o atual ciclo de crescimento da economia brasileira tem um claro viés desconcentrador, uma vez que são as regiões mais pobres ou menos desenvolvidas as que mais têm crescido, embora em anos de crescimento mais elevado, como 2007, o Estado de São Paulo também tenha crescido acima da média nacional. Mas dado o acúmulo já sedimentado de desigualdades entre as regiões brasileiras, seriam necessárias décadas para uma convergência nos patamares de desenvolvimento. Entre as regiões mais pobres está o Nordeste, que por razões históricas mantém relações mais estreitas com o Rio de Janeiro. As áreas de desenvolvimento mais recentes, que ocupam o Centro-Oeste e a Região Amazônica, mais ao Norte, cujo crescimento é muito puxado por atividades de exportação (como a soja, o gado e os minérios) mantêm ligações mais fortes com a cidade de São Paulo. O caráter ao mesmo tempo especializado e diversificado da economia paulistana, sua escala e a enorme concentração do mercado consumidor (da renda, no fim das contas) lhe confere enormes “vantagens comparativas” sobre as demais regiões, operando, eventualmente, como um “buraco negro” para os investimentos nacionais e internacionais.

Há algo de sintomático em um país em que indivíduos são obrigados e se deslocar por milhares de quilômetros (por meios de transporte ou muito precários ou muito caros) para ter acesso a um tratamento de saúde especializado, a uma boa universidade ou simplesmente para comprar produtos eletrônicos ou assistir a uma peça de teatro. A contra-face do cosmopolitismo que se vê em São Paulo (e em mais algumas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre) ainda é a pobreza e a falta de oportunidades que caracterizam o ambiente urbano de boa parte das cidades brasileiras.

## ANEXO

Extraído do artigo **“A dinâmica produtiva recente das regiões metropolitanas brasileiras: Diversificação e especialização; competição e complementaridade”**, escrito por Alexandre Abdal, a ser publicado pelo Observatório da Inovação e Competitividade (OIC), da USP.

O exercício que se segue foi levado a cabo a partir da utilização de uma classificação da atividade econômica desenvolvida por Torres-Freire, Abdal e Bessa (2010). O seu principal mérito consiste no tratamento concomitante de indústria e serviços, deslocando a oposição clássica dos setores para os níveis de intensidade tecnológica. As regiões metropolitanas escolhidas foram nove: Baixada Santista, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Os grupos de atividades estabelecidos pela classificação são:

- (i) indústria de alta intensidade tecnológica,
- (ii) indústria de média-alta intensidade tecnológica,
- (iii) indústria de média-baixa intensidade tecnológica
- (iv) indústria de baixa intensidade tecnológica,
- (v) serviços tecnológicos intensivos em conhecimento,
- (vi) serviços profissionais intensivos em conhecimento,
- (vii) serviços financeiros intensivos em conhecimento,
- (viii) serviços de saúde e educação intensivos em conhecimento,
- (ix) serviços de mídia e cultura intensivos em conhecimento,
- (x) serviços não-intensivos em conhecimento,
- (xi) comércio,
- (xii) construção civil,
- (xiii) administração pública e
- (xiv) atividades primárias.

A base de dados utilizada foi a Relação anual de informações sociais (Rais). Apesar das limitações de ser uma base de dados de emprego formal o uso da RAIS se justifica por: (i) disponibilidade de ampla série histórica; (ii) representatividade para o nível municipal; e (iii) abertura setorial em um nível suficientemente desagregado<sup>20</sup>.

Com o objetivo de auxiliar na caracterização das estruturas produtivas das regiões metropolitanas e na identificação das tendências de especialização e de diversificação, algumas medidas locacionais – coeficiente de localização (CL) e quociente locacional (QL) – e

---

<sup>20</sup> Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) a quatro dígitos.

regionais – coeficiente de especialização (CE) e coeficiente de reestruturação (CT) – foram empregadas. Enquanto as medidas locais possuem natureza setorial e se destinam à investigação dos padrões setoriais de concentração e dispersão espacial, as medidas regionais se preocupam com a análise da estrutura produtiva de cada agregado espacial, tendo o objetivo de identificar processos de especialização e de diversificação produtiva (HADDAD 1989). Saliento que ambas as medidas possuem uso já tradicional nas análises sobre economia regional.

O CL relaciona a distribuição de um dado setor entre os diferentes agregados espaciais analisados com a distribuição total da atividade econômica. Indica o quanto o padrão de localização de um dado setor tende a ser concentrado ou disperso. Os seus valores variam entre zero e cem, sendo que quanto mais próximo de cem for o seu valor, mais intenso é o seu padrão de concentração. O valor “zero” indica que a sua distribuição espacial é análoga à da atividade econômica agregada.

O QL compara duas estruturas setoriais-espaciais, a fim de identificar níveis desproporcionais de concentração setorial. Para tanto, compara a participação de um setor em uma região específica com a participação do mesmo setor no total da economia. Se o valor do QL desse setor na região em questão for maior que um, significa que a importância do setor nessa região frente à economia como um todo é maior do que a importância do conjunto dos setores dessa região frente a essa mesma economia.

O CE compara a estrutura produtiva de uma dada região com a estrutura produtiva da economia como um todo. Quanto mais alto for o seu valor, mais distinta é a estrutura produtiva da região em questão. Em geral, quanto mais distinta for a estrutura produtiva da região em questão, mais especializada em um ou alguns setores tal região será. O valor zero indica que a estrutura produtiva da região é análogo a do conjunto da economia.

O CT relaciona a estrutura produtiva de uma região específica em dois pontos diferentes do tempo. Auxilia na identificação de processos de mudança na estrutura produtiva dessa região ao longo do tempo. Quanto maior for o valor do CT, mais intensa terá sido a mudança na estrutura produtiva da região. Um valor zero indica que não houve mudança alguma.

Suas respectivas fórmulas são dadas por:

$$CL_a = \frac{\sum_j \left( \left| \frac{E_j^a}{E_{ec}^a} - \frac{E_j^{atv}}{E_{ec}^{atv}} \right| \right)}{2} \cdot 100$$

$$QL_a = \frac{\frac{E_j^a}{E_{ec}^a}}{\frac{E_j^{atv}}{E_{ec}^{atv}}}$$

$$CE_j = \frac{\sum_a \left( \left| \frac{E_j^a}{E_j^{atv}} - \frac{E_{ec}^a}{E_{ec}^{atv}} \right| \right)}{2} \cdot 100 \quad CT_j = \frac{\sum_a \left( \left| \frac{E_j^a(t_1)}{E_{ec}^a(t_1)} - \frac{E_j^a(t_0)}{E_{ec}^a(t_0)} \right| \right)}{2} \cdot 100$$

Onde:

$E_j^a$ : emprego da atividade específica a na região específica j

$E_{ec}^a$ : emprego da atividade específica a na economia

$E_j^{atv}$ : emprego na região específica j

$E_{ec}^{atv}$ : emprego na economia

Observação: parâmetros  $t_0$  e  $t_1$ , no CT, indicam que os valores se referem, respectivamente, aos períodos inicial e final considerados.

Na tabela 2 é possível visualizar a evolução do PIB das RMs, do Brasil Metropolitano e do Brasil. Embora o PIB do Brasil metropolitano tenha participação maior que a da população frente o agregado nacional, verifica-se que ela não tendeu à ampliação entre os anos de 2002 e 2006. Ao contrário, a tendência, aqui, é de estabilidade – em torno de 43% – com uma leve queda entre 2002 e 2004, período de crescimento econômico relativamente baixo, e, um também leve aumento entre 2004 e 2006, período de crescimento econômico mais intenso. Isso indica que a aceleração do ritmo de crescimento pode favorecer a concentração no Brasil metropolitano – mais especificamente, na RMSP, região responsável pela maior parte do aumento da participação do PIB do Brasil metropolitano no nacional.

**Tabela 2:** Evolução do PIB por região metropolitana, Brasil metropolitano e Brasil, 2002-2006

	2002	2004	2006	$\Delta 2002-04^*$	$\Delta 2004-06^*$	$\Delta 2002-06^*$
RMSP	19,3	18,4	19,0	-0,89	0,63	-0,26
RMRJ	8,6	8,2	7,8	-0,37	-0,44	-0,80
RMBH	3,2	3,3	3,4	0,11	0,12	0,23
RMPOA	3,3	3,2	3,0	-0,08	-0,14	-0,22
RMCA	2,6	2,6	2,6	0,06	0,02	0,08
RMCTB	2,3	2,4	2,4	0,08	-0,06	0,02
RMSAL	2,1	2,0	2,0	-0,04	0,01	-0,03
RMRE	1,6	1,5	1,5	-0,08	0,04	-0,04
RMBS	1,3	1,1	1,3	-0,14	0,14	0,00
Br metro	44,1	42,7	43,1	-1,34	0,32	-1,02
Brasil	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

\* Em pontos percentuais

Em relação à variação da participação de cada RM no PIB nacional ao longo do período, apenas a RMBH e a RMCA apresentaram variação positiva em ambos os intervalos (2002-2004 e 2004-2006), enquanto a RMRJ e a RMPOA experimentaram variação negativa nesses mesmos dois intervalos. Todas as demais RMs contaram com inversão de tendência no ano de 2004.

No que se refere aos dois indicadores sintéticos<sup>21</sup> (tabela 6), é possível observar, por um lado, o quanto a estrutura do emprego de cada uma das RMs difere da estrutura do emprego do Brasil metropolitano e, por outro, qual foi a intensidade da mudança no período 1997-2005<sup>22</sup>.

**Tabela 6:** Coeficiente de Especialização e Coeficiente de Reestruturação, RMs, Brasil metropolitano e Brasil, 1997-2005

Coeficiente de Especialização			Coeficiente de Reestruturação	
	1997	2005	1997-2005	
RM CAM	19,5	19,8	RM POA	11,6
RM BS	20,9	18,9	RM CTB	10,3
RM SAL	15,4	13,5	RM CAM	9,8
RM RE	10,9	10,6	RM SAL	8,4
RM POA	14,0	10,1	RM SP	8,3
RM BH	9,9	9,9	RM RE	7,3
RM RJ	8,9	8,4	RM BS	7,3
RM CTB	7,2	4,4	RM BH	6,0
RM SP	5,3	4,2	RM RJ	5,6
Br metro	*	*	Br metro	5,9
Brasil	*	*	Brasil	3,4

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A RMSP aparece como a região com o menor CE, expressando, ao mesmo tempo, a sua diversificação, ou seja, a forte presença de todos os setores aqui definidos como intensivos em tecnologia; e a sua capacidade de “puxar” a média devido à sua escala desproporcional. Ainda como regiões com CE baixo têm-se Curitiba, de forma um tanto surpreendente<sup>23</sup>, e o Rio de Janeiro, como já esperado.

Os CEs mais altos pertencem à RMCAM e à RMBS, as duas regiões com menores contingentes de ocupados. Se, por um lado, especializações serão encontradas em suas respectivas bases produtivas – nos quatro segmentos industriais, com ênfase nos de alta e de média-alta intensidade tecnológica, para o caso de Campinas, e nos “demais serviços” (com grande peso para as atividades portuárias), para o caso de Santos –, por outro, o seu alto índice também reflete o fato de suas escalas, em termos de ocupados, serem relativamente menores. As RMs de Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte situam-se em um patamar intermediário de CE, expressando certa distância em relação ao Brasil Metropolitano.

O CT, por sua vez, mede o quanto a estrutura produtiva de uma região se alterou no período recente, sendo a sua interpretação uma tarefa um tanto ambígua. Um baixo CT – pouca alteração na estrutura produtiva – pode indicar tanto estagnação quanto crescimento

<sup>21</sup> Ambos foram construídos a partir de dados de empregos formais, oriundos da Rais. O mesmo vale para o CL e para o QL, apresentados na próxima seção.

<sup>22</sup> Para o CE, quanto mais distante de zero for o seu valor, maior é a distância entre a estrutura produtiva da RM em questão e o Brasil metropolitano; já para o CT, quanto mais distante de zero for o seu valor, maior foi a intensidade da mudança de sua estrutura produtiva no período analisado.

<sup>23</sup> Surpreendentemente porque, na próxima seção, a RMCTB será caracterizada como uma região com tendência à especialização na indústria de alta intensidade tecnológica. É provável que esse resultado da RMCTB seja influenciado por, pelo menos dois fatores: (i) ramos de atividade no qual apresenta especialização contar com escala reduzida – N pequeno, em outras palavras –, sendo, portanto incapaz de influenciar determinantemente o seu CE; e (ii) conformação de estrutura produtiva relativamente próxima à do Brasil metropolitano.



integrado e proporcional de todos os setores da economia; um alto CT pode sugerir tanto um grande dinamismo da região, com o surgimento e crescimento de novos setores, quanto o abandono da região por parte de certos setores, caracterizando um processo de esvaziamento econômico.

Embora não seja o caso de apontar região por região o que sugere o seu CT, tecerei apenas algumas considerações: (i) a RMRJ tem o mais baixo CT das RMs analisadas e o único abaixo da média do Brasil metropolitano, informação que somada ao pior desempenho de sua participação no PIB brasileiro sugere estagnação de seu processo de desenvolvimento; (ii) o alto CT da RMPOA parece estar mais relacionado a um processo de esvaziamento econômico, percepção reforçada pela grande variação negativa de seu CE entre 1997 e 2005, puxado pelo grande aumento do emprego na administração pública, expressando a incapacidade do setor privado em gerar empregos; (iii) RMCTB e RMCam, com altos CTs, inserem-se em processos de especialização nos segmentos industriais; e (iv) a RMSP, com CT acima da média metropolitana, indica que não foi uma região que perdeu dinamismo ao longo do período.

Quanto ao QL, chama a atenção o fato de que a distribuição dos quatorze setores é bastante desigual pelo Brasil metropolitano (tabela 7)<sup>24</sup>. Em outras palavras, as suas respectivas tendências de concentração territorial são bastante díspares. Um padrão relativamente disperso de localização sugere que um dado setor, no Brasil metropolitano, tem um forte caráter de servir à economia local – local de produção e local de consumo, final ou intermediário, se encontram –, com uma determinada região metropolitana nele se especializando indicando distinção via consumo. Por outro, um padrão relativamente concentrado de localização sugere que um determinado setor, no Brasil metropolitano, tem um forte viés de atendimento a mercados externos à economia metropolitana que o contém – local de produção e local de consumo não se encontram –, com uma RM nele se especializando sugerindo distinção via produção (MARKUSEN and SCHROCK 2006). De qualquer forma, é esperado que essas duas funções, de exportar e servir à economia local, estejam sempre, em algum grau, misturadas, não sendo, portanto excludentes.

---

<sup>24</sup> Quanto maior for o CL, mais concentrada em relação à média da economia será a distribuição do setor pelo território.

**Tabela 7:** Coeficiente de Localização segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, Brasil metropolitano, 1997-2005

	1997	2001	2005
Alta	21,5	23,2	18,8
Média-alta	21,0	20,5	21,0
Média-baixa	20,2	20,2	18,6
Baixa	10,8	12,7	11,8
SIC-T	8,6	6,8	8,4
SIC-P	10,1	10,1	15,0
SIC-F	9,2	13,4	13,5
SIC-S	7,4	5,1	4,9
SIC-MC	11,6	13,2	11,9
Demais serviços	5,4	5,0	4,3
Comércio	4,6	3,3	3,6
Adm. pública	8,6	6,8	8,2
C. Civil	8,4	10,1	12,7
Ativ. primárias	31,0	29,3	29,5

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

As indústrias de alta, média-alta e média-baixa intensidade tecnológica, ao lado das atividades primárias, apresentam nítido padrão de concentração associado a atividades de exportação; enquanto o comércio, demais serviços, administração pública, SIC-S e SIC-T são atividades que mais localmente orientadas. Os SIC-P, F e MC e a Construção Civil, por seu turno, são mais híbridas, no sentido de que conjungam as funções de exportar e servir a economia local. O próprio crescimento do CL dos SIC-P, SIC-F e Construção Civil pode indicar um processo de intensificação das funções de exportação, pelo menos, a partir de certos espaços.

Na tabela 8, observa-se a distribuição dos empregados e QLs para a RMSP, segundo atividade econômica. Devido ao seu tamanho, é esperado que uma distorção no QL ocorra: diferenças nas concentrações setoriais, para cima ou para baixo da média da economia, são subestimadas, o que é expresso em QLs com valores sempre próximos a 1<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> Por exemplo, um QL igual a 2, indica que a concentração de um dado setor, na RMX, é duas vezes maior que a participação desse setor no conjunto da economia. Para o caso da RMSP, que concentra 39,3% do emprego formal total do Brasil metropolitano, um QL setorial igual a 2 significaria que ela concentra 78,6% do emprego do Brasil metropolitano nesse setor, fato o qual um tanto insólito. Compare, por exemplo, com a RMPOA, que concentra 7,8% do emprego total do Brasil metropolitano em 2005. Nela, a indústria de média-baixa intensidade tecnológica possui QL igual a 2,46, ao passo que concentra 19,3% do emprego nessa mesma indústria.

**Tabela 8:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMSP, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	223.475	5,0	1,44	185.420	4,0	1,42	197.921	3,7	1,25
Média-alta	190.482	4,3	1,38	174.623	3,8	1,35	202.540	3,7	1,33
Média-baixa	306.621	6,9	1,19	268.598	5,8	1,13	298.473	5,5	1,13
Baixa	260.156	5,8	1,08	226.415	4,9	1,09	248.282	4,6	1,06
SIC-T	90.999	2,0	0,95	111.394	2,4	1,08	132.448	2,4	1,07
SIC-P	68.584	1,5	1,24	73.686	1,6	1,24	101.784	1,9	1,35
SIC-F	174.468	3,9	1,18	177.433	3,8	1,29	191.640	3,5	1,31
SIC-S	192.249	4,3	0,86	223.870	4,8	0,91	275.375	5,1	0,93
SIC-MC	58.664	1,3	1,15	64.439	1,4	1,25	57.155	1,1	1,13
Demais serviços	1.146.285	25,7	0,93	1.294.726	27,9	0,94	1.591.074	29,4	0,97
Comércio	616.680	13,8	0,96	711.767	15,3	1,00	916.175	16,9	1,00
Adm. pública	886.792	19,9	0,94	926.163	19,9	0,92	988.436	18,3	0,90
C. Civil	220.387	4,9	0,92	188.992	4,1	0,91	191.485	3,5	0,88
Ativ. primárias	20.760	0,5	0,52	15.731	0,3	0,51	16.724	0,3	0,47
Total	4.456.602	100,0		4.643.257	100,0		5.409.512	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Destaque para o fato de que a RMSP possui concentração igual ou superior ao conjunto do Brasil metropolitano em nove setores, sendo que seis<sup>26</sup> – de um total de sete – são classificados como intensivos em tecnologia e em conhecimento. Dos três que faltam, dois são indústrias. Tomando a RMSP em conjunto, pode-se afirmar que a sua estrutura produtiva se caracteriza por concentração acima da média do emprego nos setores intensivos em tecnologia, sejam eles industriais ou de serviços, e, ao mesmo tempo, nos quatro segmentos industriais. Ainda, a sua relativamente baixa concentração na administração pública sugere um maior dinamismo do setor privado da economia. Em comparação com as outras RMs cuja cidade central é, também, capital do estado, apenas Rio de Janeiro e Curitiba apresentam QL da administração pública próximo a um e com tendência de diminuição no período 1997-2007. De uma perspectiva temporal, chamo a atenção para o aumento da concentração dos SICs T, P e F e para a manutenção, em geral, do grau de concentração da indústria<sup>27</sup>.

São, justamente, essas evidências que permitem a caracterização da RMSP como uma metrópole ao mesmo tempo especializada e diversificada, com potencial competitivo em uma série de atividades econômicas e ênfase nas atividades mais intensivas em tecnologia, conhecimento e inovação. Tanto funções assumidas a partir da década de 1990 quanto escala, integração e dinâmica competitiva interna ajudam a explicar a especialização em uma diversidade de segmentos própria da RMSP.

Ainda no que diz respeito à RMSP, vale notar a persistência da indústria em não se desconcentrar. Embora seja verdade que o município de São Paulo perdeu certa musculatura industrial, uma mesma afirmação não é válida na mesma intensidade para a sua área metropolitana (COMIN 2010), sendo que o movimento de relocação atingiu,

<sup>26</sup> Indústrias de alta e média alta intensidade tecnológica e SIC-T, P, F e MC.

<sup>27</sup> Na verdade, apenas a indústria de alta apresenta uma queda mais acentuada do QL. Entretanto, além do seu QL permanecer alto, o seu saldo de criação de postos de trabalho volta a ser positivo no período 2001-2005. Tal fato é verdade para todas as quatro indústrias e expressa o fato de que a profecia da desindustrialização não ocorreu. Ver, por exemplo, Alvaro Comin e Cláudio Amitrano (2003).

predominantemente, as plantas produtivas – e não as sedes das empresas industriais, seus centros de P&D e suas assistências técnicas – de determinados setores relativamente mais dependentes de baixos custos de produção – diga-se, mão-de-obra e terrenos (Torres-Freire, Abdal e Bessa, 2010). Uma parte considerável dessas plantas que se realocalizaram tenderam a rumar para áreas contíguas à RMSP, beneficiando-se da proximidade da cidade central (ABDAL 2009)<sup>28</sup>.

Comparando com as outras RMs aqui investigadas, apenas a RMCTB e a RMCam, além da RMSP, contam com concentração acima da média do Brasil metropolitano para os quatro segmentos industriais (tabelas 14 e 15). Diferentemente de São Paulo, essas duas possuem clara tendência à especialização em setores industriais.

Fenômeno diferente e bastante particular ocorre na RMRJ (tabela 9). Essa é a única região a chegar, em 2005, com concentração acima da média da economia em todos os segmentos de serviços, intensivos ou não em conhecimento, e no de comércio, além de grande proximidade na administração pública – QL igual a 0,97. Contrastando com esse bom desempenho do “terciário”, salta aos olhos as baixas participações das indústrias<sup>29</sup> e das atividades primárias. Embora a RMRJ demonstre sim certa diversificação, essa parece ser restrita ao terciário, configurando uma situação na qual, se alguma metrópole brasileira pode ser classificada de “metrópole terciária”, independente do que isso signifique, essa metrópole é o Rio de Janeiro.

---

<sup>28</sup> Não discutirei aqui a questão concernente à qualidades das relações entre o setor de serviços e a indústria. Destaco apenas que o dinamismo recente do setor de serviços, expresso em intenso movimento de criação de novas atividades e modernização de antigas, não pode ser reduzido à desdobramentos da dinâmica industrial. De uma forma menos reducionista, é provável que o dinamismo recente de ambos, bem como as suas possibilidades competitivas futuras, derivem de uma complexa relação, na qual ambos os setores contribuem para o aumento da densidade do parque produtivo da RMSP. Ver, por exemplo, Carlos Torres-Freire, Alexandre Abdal e Vagner Bessa (2010) e Carlos Torres-Freire (2006).

<sup>29</sup> Embora a indústria de alta intensidade tecnológica, no período 2001-2005, ter aumentado o seu contingente de ocupados, a sua participação na estrutura de emprego e o seu QL ter ficado menos longe a média metropolitana.

**Tabela 9:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMRJ, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	29.669	1,4	0,40	24.650	1,1	0,39	41.742	1,7	0,58
Média-alta	39.871	1,9	0,60	33.860	1,5	0,55	33.032	1,4	0,48
Média-baixa	59.659	2,8	0,48	51.970	2,3	0,45	51.074	2,1	0,43
Baixa	92.261	4,3	0,79	75.777	3,4	0,76	74.643	3,1	0,71
SIC-T	52.613	2,5	1,14	59.330	2,7	1,19	65.615	2,7	1,18
SIC-P	26.282	1,2	0,99	28.515	1,3	0,99	36.064	1,5	1,06
SIC-F	72.577	3,4	1,02	72.584	3,3	1,10	70.752	2,9	1,07
SIC-S	117.053	5,5	1,09	123.713	5,5	1,05	148.604	6,1	1,12
SIC-MC	31.230	1,5	1,28	28.960	1,3	1,17	30.784	1,3	1,35
Demais serviços	710.472	33,2	1,20	791.604	35,5	1,19	862.979	35,4	1,17
Comércio	356.455	16,6	1,16	374.859	16,8	1,10	452.739	18,6	1,10
Adm. pública	452.242	21,1	1,00	478.914	21,5	0,99	480.782	19,7	0,97
C. Civil	92.607	4,3	0,81	78.311	3,5	0,78	80.152	3,3	0,82
Ativ. primárias	9.716	0,5	0,51	9.109	0,4	0,61	8.454	0,3	0,53
Total	2.142.707	100,0		2.232.156	100,0		2.437.416	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Na RMBH (tabela 10), contrastando com São Paulo e Rio de Janeiro, o que se verifica é uma escassez de setores com QL acima de um. Apenas as atividades primárias, construção civil, administração pública e SIC-T chegam a 2005 com concentração acima da média do Brasil metropolitano. Com exceção do SIC-T, cujo QL e o contingente de ocupados vêm de crescimento constante desde 1997, porém, ainda permanecendo muito próximos à média da economia, a RMBH parece não apresentar especialização em nenhum dos setores mais intensivos em tecnologia ou em conhecimento. Ao contrário, o que nela se destaca são, justamente, setores mais tradicionais, como o primário e a construção civil, além da administração pública.

**Tabela 10:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMBH, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	40.638	3,6	1,04	27.004	2,3	0,81	32.689	2,2	0,77
Média-alta	18.104	1,6	0,52	18.104	1,5	0,55	23.049	1,6	0,56
Média-baixa	53.662	4,8	0,83	47.485	4,0	0,79	62.577	4,3	0,88
Baixa	47.543	4,2	0,78	42.327	3,6	0,80	50.969	3,5	0,81
SIC-T	22.394	2,0	0,93	26.390	2,2	1,01	38.095	2,6	1,15
SIC-P	9.120	0,8	0,66	10.121	0,9	0,67	11.764	0,8	0,58
SIC-F	26.029	2,3	0,70	21.334	1,8	0,61	24.734	1,7	0,63
SIC-S	63.138	5,6	1,13	65.624	5,6	1,06	73.495	5,1	0,93
SIC-MC	9.139	0,8	0,72	7.591	0,6	0,58	7.684	0,5	0,56
Demais serviços	287.504	25,7	0,93	342.251	29,1	0,97	420.811	28,9	0,95
Comércio	133.708	11,9	0,83	159.419	13,5	0,88	204.959	14,1	0,84
Adm. pública	299.690	26,8	1,27	312.914	26,6	1,23	384.103	26,4	1,30
C. Civil	89.682	8,0	1,50	81.504	6,9	1,54	102.378	7,0	1,75
Ativ. primárias	18.992	1,7	1,89	15.203	1,3	1,93	17.461	1,2	1,84
Total	1.119.343	100,0		1.177.271	100,0		1.454.768	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Ao se observar a RMPOA (tabela 11), por seu turno, uma especialização bastante evidente pode ser percebida, a saber, na indústria de média-baixa intensidade tecnológica. Embora venha de certa diminuição de sua participação na estrutura produtiva da região, essa

indústria chega a 2005 com concentração maior que o dobro da que possui na economia agregada.

**Tabela 11:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMPOA, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	25.957	3,5	1,00	26.916	2,8	1,00	35.344	3,3	1,12
Média-alta	20.947	2,8	0,91	21.305	2,2	0,80	27.209	2,5	0,90
Média-baixa	116.024	15,6	2,70	127.768	13,4	2,62	130.011	12,1	2,46
Baixa	34.953	4,7	0,86	31.838	3,3	0,74	42.117	3,9	0,91
SIC-T	15.260	2,0	0,95	15.089	1,6	0,71	17.079	1,6	0,69
SIC-P	8.525	1,1	0,92	9.581	1,0	0,78	10.372	1,0	0,69
SIC-F	26.735	3,6	1,08	21.522	2,3	0,76	23.427	2,2	0,80
SIC-S	52.547	7,1	1,41	60.678	6,4	1,21	66.210	6,1	1,13
SIC-MC	8.322	1,1	0,98	9.329	1,0	0,88	11.062	1,0	1,09
Demais serviços	193.414	26,0	0,94	231.457	24,3	0,81	267.616	24,8	0,82
Comércio	117.381	15,8	1,10	128.867	13,5	0,88	166.929	15,5	0,92
Adm. pública	78.364	10,5	0,50	227.616	23,9	1,10	238.767	22,1	1,09
C. Civil	36.025	4,8	0,90	36.663	3,8	0,86	36.109	3,3	0,83
Ativ. primárias	10.365	1,4	1,55	4.404	0,5	0,69	6.536	0,6	0,93
Total	744.819	100,0		953.033	100,0		1.078.788	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Entretanto, o olhar só para a sua especialização esconde um processo mais amplo que pode ser revelador da dinâmica econômica da RMPOA. Refiro-me ao grande crescimento absoluto e relativo do segmento de administração pública, cuja participação e QL dobraram entre 1997 e 2001. Diante de uma relativa incapacidade do setor privado em gerar emprego, foi a administração pública o setor que mais ampliou sua participação no período.

Fenômeno inverso ocorre na RMSAL (tabela 12). Embora a administração pública permaneça como o segundo setor que mais emprega e o segundo mais concentrado, essa vem de movimento de perda de participação e diminuição do seu QL. Do ponto de vista da concentração, os setores mais favorecidos foram a construção civil e os SIC-S, os quais já eram relativamente mais concentrados e cujos graus de concentração se intensificaram no período. Se tal tendência persistir, é provável que a RMSAL constitua especialização em ambos os setores.

**Tabela 12:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMSal, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	3.729	0,6	0,17	4.042	0,6	0,21	9.981	1,2	0,41
Média-alta	10.888	1,7	0,56	11.621	1,7	0,62	13.642	1,7	0,59
Média-baixa	10.897	1,7	0,30	11.408	1,7	0,33	14.642	1,8	0,36
Baixa	17.293	2,8	0,51	15.423	2,3	0,51	19.268	2,3	0,54
SIC-T	9.420	1,5	0,70	13.208	1,9	0,87	12.594	1,5	0,67
SIC-P	6.472	1,0	0,84	9.906	1,5	1,14	5.752	0,7	0,50
SIC-F	15.084	2,4	0,73	12.754	1,9	0,64	12.066	1,5	0,54
SIC-S	33.196	5,3	1,06	40.204	5,9	1,12	55.546	6,7	1,24
SIC-MC	3.950	0,6	0,55	3.967	0,6	0,53	4.021	0,5	0,52
Demais serviços	174.089	27,9	1,01	205.379	30,3	1,02	264.293	32,1	1,06
Comércio	77.984	12,5	0,87	94.157	13,9	0,91	119.104	14,5	0,86
Adm. pública	217.697	34,9	1,65	208.345	30,7	1,42	236.974	28,8	1,41
C. Civil	40.032	6,4	1,20	40.993	6,0	1,34	50.071	6,1	1,51
Ativ. primárias	3.592	0,6	0,64	6.889	1,0	1,52	6.271	0,8	1,17
Total	624.323	100,0		678.296	100,0		824.225	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

A RMRE (tabela 13) é outro caso, ao lado de Porto Alegre, no qual uma especialização em um único setor industrial – indústria de baixa intensidade tecnológica – se destaca. Outros setores com alto QL são atividades primárias, administração pública e construção civil. Pelo lado da ausência, chama a atenção o baixíssimo grau de concentração de qualquer um dos SICs – Recife e Baixada Santista são as únicas RMs aqui tratadas a não apresentarem nenhum dos segmentos de serviços intensivos em conhecimento com concentração semelhante ou acima da média do Brasil metropolitano.

**Tabela 13:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMRE, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	6.362	1,1	0,32	5.177	0,9	0,30	5.738	0,8	0,27
Média-alta	7.401	1,3	0,42	7.804	1,3	0,46	9.031	1,3	0,45
Média-baixa	15.040	2,6	0,46	15.078	2,5	0,48	18.424	2,6	0,52
Baixa	45.729	8,0	1,47	41.687	6,9	1,53	44.807	6,2	1,45
SIC-T	26.244	4,6	2,13	12.049	2,0	0,89	10.592	1,5	0,65
SIC-P	3.808	0,7	0,54	4.224	0,7	0,54	6.928	1,0	0,69
SIC-F	10.566	1,8	0,56	9.747	1,6	0,54	11.404	1,6	0,59
SIC-S	26.598	4,7	0,93	27.687	4,6	0,86	34.031	4,7	0,87
SIC-MC	3.300	0,6	0,51	3.776	0,6	0,56	4.418	0,6	0,66
Demais serviços	168.705	29,5	1,07	194.055	31,9	1,07	221.902	30,9	1,02
Comércio	78.283	13,7	0,95	85.517	14,1	0,92	112.815	15,7	0,93
Adm. pública	132.644	23,2	1,10	155.881	25,6	1,18	191.722	26,7	1,31
C. Civil	33.948	5,9	1,11	38.793	6,4	1,42	35.206	4,9	1,22
Ativ. primárias	12.937	2,3	2,52	6.884	1,1	1,69	11.201	1,6	2,39
Total	571.565	100,0		608.359	100,0		718.219	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Como já pontuado anteriormente, as duas próximas RMs – Curitiba e Campinas (tabelas 14 e 15) – se caracterizam por significativa especialização nos setores industriais. Em ambas as regiões verifica-se destacado papel para as indústrias mais intensivas em tecnologia. Sem dúvida, essas foram duas regiões metropolitanas que constituíram-se como localidades alternativas para a localização da indústria a partir dos processos de



desconcentração industrial e reconcentração em áreas bem dotadas em infraestrutura, mão-de-obra etc. iniciado lá nos idos dos anos 1970. Não a toa, ambas estão no “polígono” de Clélio Campolina Diniz (1993) e, no caso de Campinas, na região macrometropolitana de São Paulo (ABDAL 2009) e na área de influência da capital paulista (IBGE 2008).

**Tabela 14:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMCTB, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	25.065	3,6	1,03	28.538	3,9	1,37	35.673	4,1	1,40
Média-alta	16.573	2,4	0,77	21.129	2,9	1,03	26.933	3,1	1,10
Média-baixa	32.680	4,7	0,81	34.769	4,7	0,92	42.858	4,9	1,01
Baixa	38.499	5,5	1,02	34.857	4,7	1,05	44.864	5,2	1,20
SIC-T	15.130	2,2	1,01	16.208	2,2	0,99	22.729	2,6	1,14
SIC-P	6.365	0,9	0,74	7.891	1,1	0,83	11.036	1,3	0,91
SIC-F	26.554	3,8	1,15	18.895	2,6	0,87	21.566	2,5	0,92
SIC-S	27.497	3,9	0,79	32.596	4,4	0,84	41.149	4,7	0,87
SIC-MC	5.838	0,8	0,73	6.914	0,9	0,85	7.652	0,9	0,94
Demais serviços	174.238	25,0	0,90	219.670	29,7	1,00	245.612	28,2	0,93
Comércio	92.821	13,3	0,93	109.328	14,8	0,97	151.849	17,4	1,03
Adm. pública	184.849	26,5	1,26	168.527	22,8	1,05	184.843	21,2	1,04
C. Civil	42.895	6,2	1,15	32.647	4,4	0,98	25.357	2,9	0,72
Ativ. primárias	7.298	1,0	1,17	6.447	0,9	1,31	8.485	1,0	1,49
Total	696.302	100,0		738.416	100,0		870.606	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Ao lado da RMSP, Curitiba e Campinas constituem as três únicas RMs das nove aqui analisadas que contam com concentração acima da média nos quatro segmentos industriais, expressando a força de seus respectivos parques industriais. A diferença fica por conta do fato de que enquanto a RMSP apresenta alta concentração nas quatro indústrias, concentração a qual é concomitante à também elevada concentração nos serviços intensivos em conhecimento; na RMCTB e na RMCam, a especialização na indústria em geral não é acompanhada por QLs muito altos nos SICs.

**Tabela 15:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMCam, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	28.799	6,2	1,78	30.132	5,7	2,01	42.430	6,3	2,14
Média-alta	33.987	7,3	2,36	35.933	6,8	2,43	47.353	7,0	2,49
Média-baixa	32.093	6,9	1,20	39.284	7,4	1,45	47.569	7,0	1,44
Baixa	56.397	12,1	2,24	56.521	10,6	2,37	63.163	9,3	2,17
SIC-T	3.671	0,8	0,37	7.536	1,4	0,64	12.545	1,9	0,81
SIC-P	4.509	1,0	0,78	5.268	1,0	0,77	5.190	0,8	0,55
SIC-F	9.719	2,1	0,63	10.025	1,9	0,64	11.472	1,7	0,63
SIC-S	30.261	6,5	1,30	34.611	6,5	1,24	39.845	5,9	1,08
SIC-MC	4.036	0,9	0,76	4.006	0,8	0,68	4.437	0,7	0,70
Demais serviços	103.952	22,4	0,81	133.821	25,2	0,84	177.430	26,2	0,86
Comércio	72.756	15,7	1,09	98.938	18,6	1,22	137.185	20,3	1,20
Adm. pública	52.191	11,2	0,53	44.525	8,4	0,39	57.104	8,4	0,41
C. Civil	19.377	4,2	0,78	18.560	3,5	0,78	17.939	2,7	0,66
Ativ. primárias	13.057	2,8	3,13	11.899	2,2	3,35	12.736	1,9	2,89
Total	464.805	100,0		531.059	100,0		676.398	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.



Por fim, a RMBS (tabela 16) configura-se como uma região com estrutura de emprego fortemente concentrada nos demais serviços, comércio e construção civil. O alto QL dos demais serviços, o mais elevado das nove RMs, expressa a importância das atividades portuárias na Baixada Santista, com o porto de Santos constituindo-se o mais importante porto brasileiro e latino-americano. Sua área de influência engloba as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e parte do Nordeste, sendo fundamental, portanto, para o escoamento de grande parte da produção brasileira destinada ao exterior, bem como para o recebimento de bens finais e intermediários vindos de fora do país (NETO et al 2009). Além disso, por sua localização, a RMBS cumpre papel estratégico para a distribuição do que é produzido na RMSP. Vale lembrar que a RMBS, tal qual a RMCam, está na região macrometropolitana de São Paulo (ABDAL 2009) e em sua área de influência (IBGE 2009).

**Tabela 16:** Distribuição dos ocupados formais e Quociente Locacional segundo classificação de intensidade em tecnologia e em conhecimento, RMBS, 1997-2005

	1997			2001			2005		
	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL	emp. abs.	emp. %	QL
Alta	1.922	0,8	0,24	1.034	0,4	0,15	1.758	0,6	0,21
Média-alta	4.364	1,9	0,61	3.842	1,6	0,58	3.868	1,3	0,48
Média-baixa	10.032	4,3	0,75	7.619	3,2	0,62	7.992	2,8	0,57
Baixa	7.088	3,0	0,56	4.347	1,8	0,41	4.996	1,7	0,40
SIC-T	2.639	1,1	0,53	1.650	0,7	0,31	2.775	1,0	0,42
SIC-P	3.441	1,5	1,19	2.345	1,0	0,76	2.416	0,8	0,60
SIC-F	4.563	2,0	0,59	4.794	2,0	0,68	4.806	1,7	0,62
SIC-S	11.360	4,9	0,97	13.536	5,7	1,07	14.834	5,2	0,95
SIC-MC	1.637	0,7	0,62	1.649	0,7	0,62	1.744	0,6	0,65
Demais serviços	100.108	43,0	1,56	106.277	44,5	1,49	128.224	44,6	1,47
Comércio	41.216	17,7	1,23	44.808	18,8	1,22	59.182	20,6	1,22
Adm. pública	25.156	10,8	0,51	30.676	12,8	0,59	38.765	13,5	0,66
C. Civil	16.648	7,2	1,34	13.964	5,8	1,30	14.486	5,0	1,25
Ativ. primárias	2.412	1,0	1,16	2.310	1,0	1,45	1.886	0,7	1,00
Total	232.586	100,0		238.851	100,0		287.732	100,0	

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração própria.

## Conclusão

No presente artigo não pretendi elaborar uma caracterização que desse conta de uma explicação global da dinâmica produtiva recente das regiões metropolitanas brasileiras. O intuito, ao contrário, foi o de refletir sobre movimentos mais ou menos pontuais, mais ou menos integrados de especialização e diversificação produtiva de nove regiões metropolitanas. A hipótese mais geral que guiou a reflexão foi a de que enquanto a RMSP experimentou um intenso processo de criação de novas atividades econômicas e de revitalização de antigas, expresso em uma estrutura produtiva ao mesmo tempo especializada e diversificada; as demais regiões metropolitanas brasileiras vivenciaram processos de especialização produtiva mais ou menos integrados à dinâmica econômica nacional.

A fim de retomar o que foi discutido e facilitar a exposição, sintetizo, na forma de itens, o argumento principal do artigo e os seus principais achados:

- I. A RMSP é a região metropolitana brasileira mais diversificada. Tal diversificação, entretanto, não implica que não consiga ter potencial competitivo em uma pluralidade de setores – em especial, nos mais intensivos em tecnologia e em conhecimento, incluindo tanto indústria quanto serviços. Fatores como escala urbana, dinamismo econômico, dinâmica competitiva interna e funções que desempenha na economia nacional a credenciam a firmar-se como a única RM brasileira ao mesmo tempo diversificada e especializada.
- II. A RMRJ apesar de apresentar escala e, portanto, potencial de diversificação próximo à São Paulo, não conta com o mesmo dinamismo e nem com a mesma diversificação. Explica-se: sua diversificação refere-se ao setor de serviços, de modo que é mais adequado caracterizá-la como uma região especializada em serviços, com destaque para os cinco segmentos de SIC.
- III. Quanto às outras RMs, destaco que nem em todas especializações podem ser identificadas de forma inequívoca. Especializações em certos setores industriais, como na RMPOA e na RMRE ou, na indústria como um todo, como na RMCTB e na RMCam, são mais facilmente identificáveis, muito em função do viés mais orientado para fora da indústria. Já nos setores de serviços, tanto pelo fato dos SICs serem predominantemente concentrados na RMSP e na RMRJ, como por serem mais orientados para o mercado local, especializações nessas outras regiões são mais difíceis de serem identificadas. Destaco concentração acima da média do Brasil metropolitano com potencial de especialização: os SIC-T na RMBH e na RMCTB e o SIC-S na RMSal e na RMPOA.
- IV. Por último, aponto uma evidência complementar: o peso relativo da administração pública nas RMs cujas cidades centrais são, também, capitais políticas de seus respectivos estados. Sugiro que o grau de concentração relativo da administração pública pode ser tomado como indicador do dinamismo do setor privado da economia. Nesse sentido, uma alta participação da administração pública implica incapacidade do setor privado em gerar emprego e, por conseguinte, dinamismo econômico. Se a sugestão encontrar lastro, a RMSP, a RMRJ e a RMCTB destacam-se como regiões dinâmicas, nas quais a concentração da administração pública é relativamente baixa – QL abaixo ou próximo de 1 – e que vem de movimento de perda de participação.

## References:

- Abdal, Alexandre (2009). São Paulo, Desenvolvimento e Espaço: a formação da Macropetrópolis Paulista. São Paulo: Papagaio, 2009.
- Azzoni, Carlos Roberto (1986). Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- Beaverstock, J., Smith, R. e Taylor, P. (1999). "A roster of world cities." In: *Cities*, Volume 16, Issue 6, December 1999, Pages 445-458.
- Beaverstock, J., Smith, R. e Taylor, P. (2000). "World-City Network: A New Metageography?" In: *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 90, No. 1, pp.123-134.
- Bell, Daniel (1973) *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York, Basic Books.
- Boschma, Ron A. (2005) "Proximity and Innovation: A Critical Assessment". *Regional Studies*, Vol. 39.1, pp. 61–74, February.
- Cardoso, Carlos E. de P. (2009) "Distribuição da população na Região Metropolitana de São Paulo". *Revista de Engenharia*, n. 596.
- Castells, M. (1999) *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Comin, Alvaro A. (2003) "Mudanças na estrutura sócio-ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo". Tese de doutoramento defendida no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP
- Comin, Alvaro A. (2008) "Mudando sem sair do lugar: emprego e estrutura ocupacional em São Paulo". In: Nadya A. Guimarães; Adalberto Cardoso; Peter Elias; Kate Purcell. (Orgs.). *Mercados de Trabalho e Oportunidades. reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 181-230
- Duranton, Gilles and Puga, Diego (2005) "From sectoral to functional urban specialization". *Journal of Urban Economics*, 57(2), 343-370.
- Evans, Peter (2004) *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Friedman, Thomas L. (2005) O mundo é plano. Uma breve história do Século XXI. Rio de Janeiro, Objetiva.
- Granovetter, Mark, Smelser, Neil e Swedberg, Richard (1994) *Handbook of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- Jacobs, Jane (1961) *The Economy of Cities*. John Wiley, New York.
- IBGE (Brazilian Institute for Geography and Statistics) (2007). "The influence regions of cities – 2007".
- Lemos, Maurício Borges e Crocco, Marco (2000). Competitividade e dinâmica comparativa das regiões metropolitanas brasileiras. Texto para discussão nº 146. Brasília: Ipea.
- Markusen, Ann (2004) "Targeting Occupations in Regional and Community Economic Development" *Journal of the American Planning Association*, Volume 70, Issue 3, Pages 253 – 268.
- Markusen, Ann (2006) "Urban Development and the Politics of a Creative Class: Evidence from the Study of Artists". *Environment and Planning A*, Vol. 38, No. 10: 1921-1940.
- Markusen, Ann e Schrock, Greg (2006) "The Distinctive City: Divergent Patterns in Growth, Hierarchy and Specialization" *Urban Studies*, Volume 43, No. 8, Summer, p. 1301-1323.
- Marques, Eduardo; Scalón, Celi & Bichir, Renata (????) "The dynamics of social groups in São Paulo in the 1990's". *Urban Studies*.
- Matteo, Miguel e Tapia, Jorge R. B (2002). Características da Indústria Paulista nos anos 1990: em direção a uma *city region*? In *Revista de Sociologia e Política*, nº 18: 73-93, jun. 2002.
- Rodríguez-Pose, Andrés e Crescenzi, Riccardo (2008) "Mountains in a flat world: why proximity still matters for the location of economic activity". *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. 1(3):371-388.
- Sassen, Saskia (2001) *The Global City: New York, London, and Tokyo*, Princeton, Princeton University Press, 2d ed.
- Sassen, Saskia (2006) *Cities in a World Economy*. Londres, Sage Publications, 3<sup>rd</sup> ed.

Scott, Allen J. (2001). *Global city-regions: trends, theory, policy*. Oxford University Press.

Segbers, Klaus; Raiser, Simon; Volkmann, Krister (2007). *The making of global city regions: Johannesburg, Mumbai/Bombay, São Paulo, and Shanghai*.

Storper, M and Scott, A. (2003) "Regions, Globalization, Development". *Regional Studies*, Vol. 37.6&7, pp. 579–593, August/October.

Storper, M. and Venables, A. J. (2004) "Buzz: face to face contact and the urban economy". *Journal of Economic Geography*, Vol. 4, No. 4, Oxford University Press.

SP Turis (2008). *Indicadores e Pesquisas do Turismo – Cidade de São Paulo*.

Torres-Freire, Carlos; Abdal, Alexandre; Bessa, Vagner (forthcoming). 'Conhecimento e tecnologia: atividades industriais e de serviços para uma São Paulo Competitiva.' In Comin, Alvaro A; Torres-Freire, Carlos, Wissenbach, Tomás (Org.). *Metamorfoses Paulistanas: atlas geoeconômico da cidade*. São Paulo: Unesp, Cebrap, Sempla and IMESP (in press).

Torres Freire, Carlos (2010). "Por que analisar a estrutura produtiva brasileira sob a ótica da tecnologia e do conhecimento?". In: Estudos da Produção, Tecnologia e Inovação. OIC/IPEA/FINEP.

Yusuf, S. and Nabeshima, K. (2006). *Postindustrial East Asian Cities*. Washington: The World Bank.



centro de estudos da metrópole

[www.centrodametropole.org.br](http://www.centrodametropole.org.br)

